



**SOCIEDADE
CRISE E RECONFIGURAÇÕES**

VII CONGRESSO PORTUGUES DE SOCIOLOGIA

19 a 22 Junho 2012

Universidade do Porto - Faculdade de Letras - Faculdade de Psicologia e Ciências da Educação

ÁREA TEMÁTICA: ST13 – Sexualidade e género

Educação Sexual em contextos heterogéneos: Instituições de acolhimento de crianças e jovens de Braga

ZAMITH.CRUZ, Judite
Doutorada em Psicologia
Universidade do Minho
juditezc@ie.uminho.pt

TERROSO, Nuno
Estudante de sociologia
Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa
nunoterroso@inbox.com

Resumo

Como outros jovens a viverem com as famílias, os que foram institucionalizados sentem-se agradavelmente melhor, quando encontrem quem mostre interesse por si mesmos e pelo que digam, sem os desvalorizarem de antemão por terem ultrapassado o *risco* sexual e/ou sofrido assédio, abuso, negligência e/ou maus tratos.

Na equipa multidisciplinar da Universidade do Minho – Instituto de Educação, realizamos uma investigação-ação, em Braga, em escolas públicas e instituições religiosas de acolhimento, com ações prescritas de cooperação entre instituições (ação 1): (1) análise/interpretação de espírito de missão/finalidades e crenças, valores e ideologias, presentes nos discursos, nos processos de trabalho formativo/educativo e nos projetos socioeducativos e individuais explícitos (ação 2).

No Congresso, iremos apresentar dados iniciais e exploratórios das ações 1 e 2, relativos às instituições de menores. A possível eficácia de intervenções planeadas será explorada, ao longo de 3 anos, por análise de congruências, discrepâncias e da sua superação nessas realidades. Serão consumadas orientações e sugestões a aplicar em organismos religiosos e educativos similares da região (ação 12).

Defende-se a capacitação bilateral e dialética (formadores/formandos), com recurso a metodologias diversas e complementares, que pretendemos desenvolver um projeto de Educação Sexual *não para todos*, esperando-se ir ao encontro de modelos viáveis de educação heterogénea para a sexualidade saudável.

Abstract

Just like other young people living with their families those who have been institutionalized, feel much at ease when they find someone who shows interest for themselves and for what they have to say, without an immediate devaluation due to the fact that they have overcome the sexual risk or suffered abuse or negligence.

The team from Universidade do Minho - Instituto de Educação decided to investigate in public schools as well as in religious foster institutions. On our investigation action n.º 1 will deal with analysis/interpretation of the spirit, beliefs, values and ideologies present in discourses and educational work, whereas action n.º 2 will deal with explicit socio educational and individual projects.

During this congress exploratory data from actions 1 and 2 will be presented concerning foster institutions. The possible effectiveness of planned interventions will be explored over three years, by analysis of congruencies, discrepancies and the overcoming of these realities. It will be applied guidelines and suggestions to be developed in similar educational and religious bodies in the region (action12).

It supports the bilateral and dialectical capability (trainers/ trainees), using different and complementary methodologies. We intend to develop a project for Sex Education that is not for everyone, it is expected to reach the education heterogeneous models viable for healthy sexuality.

Palavras-chave: Negligência; institucionalização; jovens; sexualidade.

Keywords: Negligence; institutionalization; adolescents; sexuality.

PAP1221

Introdução

Os/as educadores/as são poderoso/as “modelos de identificação”, podendo propiciar aos adolescentes que venham a alcançar subjetividade no amor. Dito de outro modo, o que profissionais em residências de acolhimento de jovens pensam e sentem manifesta-se na relação empática, o que muda o entendimento de “sexo com amor”, enquanto parte da pessoa, diferente de outra pessoa. Experiências de vida, educação, cultura e/ou religião enformam a subjetividade no amor, para atos sexuais idênticos nas suas manifestações objetivas.

Em Braga, pretende-se realizar um Projeto de investigação-ação, em educação sexual, com educadores, crianças e jovens.

De momento não existam orientações de trabalho educativo nesse domínio nas residências. Quando seja perguntado o que é ligado a “sexualidade”, no quotidiano, é-nos dito haver “conversas” de crianças e jovens com técnicos responsáveis/diretores técnicos, psicólogo/as ou enfermeiro/as de Centros de Saúde.

Em Portugal, o regime jurídico da intervenção social do Estado e da comunidade foi mudado, criando-se um Plano de Intervenção Imediata (Instituto de Segurança Social, 2007, 2008) em residências de acolhimento de crianças e jovens. A mudança substancial deveu-se a problemática sexual. Veio na sequência dos julgamentos de violência e abuso sexual na Casa Pia - Lisboa, uma instituição pública que depende do Ministério do Trabalho e da Solidariedade Social. Foram alterados direitos e deveres, regras, prescrições, proibições, castigos e ganhos dos utentes, com o Decreto-Lei n.º 11/2008, de 17 de Janeiro (Ministério do Trabalho e da Solidariedade Social, 2008).

No ano de 2007, o/as internado/as tinha sido avaliadas em 11 362, dito que a taxa de institucionalização de crianças e jovens continue até hoje elevada, para internados por períodos demasiado longos. É frequente a admissão vir somente aos 14 anos e viver-se na residência até aos 21 anos.

Depois de serviços de polícia, a orientação para “lares” (termo nem sempre aceite) depende da Segurança Social Portuguesa - Ministério da Solidariedade e da Segurança Social Portuguesa, das Comissões de Proteção de Crianças e Jovens (CPCJ), das escolas, dos centros de saúde e da *Linha SOS Criança* – Instituto de Apoio à Criança.

Com a pesquisa metodológica - Investigação-Ação, traduzir-se-á a caracterização das realidades nos lares em práticas de atuação, segundo princípios teóricos e técnicas quantitativas e qualitativas, que se vão definindo e implementando no decorrer do projeto: questionário e entrevista, grupo focal e observação participante, nomeadamente.

Desejámos, primeiro, saber quais sejam os motivos de internamento. “Negligência” continua a ser o termo mais utilizado por educadores de residências, mas também é o tipo de abuso mais comum (Chadwick, 1999; Fariña et al., 2000), o que pode significar “incapacidade de proporcionar à criança a satisfação das suas necessidades básicas de higiene, alimentação, afeto, saúde e vigilância, indispensáveis ao seu crescimento e desenvolvimento normais” (Canha, 2002). Como exemplo, no “colégio” -. Oficina de S. José – vivem 45 crianças e jovens. Contabilizados os fatores de risco familiar, que conduziram a internamento, temos 25 nomeações de negligência, 21 de condições de vida em pobreza e 13 de alcoolismo, entre outros critérios na entrada: prostituição, toxic dependência, violência doméstica, problemas do foro psíquico no/s pai/s, violação/abuso sexual e maus-tratos.

Por técnica de entrevista semiestruturada, introduzimos as perguntas iniciais a educadores, em Braga, região onde desconhecemos o passado *vivido*. Por esse motivo, na seleção dos contextos, entre outros pareceres, buscámos o apoio de informantes-chave com experiência superior a 20 anos: uma assistente social e uma psicóloga, ambas técnicas da Segurança Social.

Sobre os jovens institucionalizados com quem se ligam, responderam-nos nas entrevistas um educador, um diretor técnico e uma psicóloga, três profissionais de duas residências, uma mista e outra de rapazes. As perguntas foram as seguintes: (1) Como define e compreende a sexualidade? Para si, o que é sexualidade?; (2) Que situações de vida são mais debatidas e “alteradas”, na área afetivo-sexual?; (3) Que pensamentos/representações têm os adultos sobre a sexualidade adolescente, de acordo com o género?; (4)

De que recursos dispõem as residências, em matéria de educação sexual?; (5) A abordagem ao tema sexual tende a ser colocada ou respondida por educadores do mesmo sexo do/a adolescente?; (6) De que falam elas, sobre amor e sexo?; e (7) E eles?; como é distinto o discurso, segundo o género?

Antes de serem analisadas as respostas, neste texto abordar-se-ão problemáticas associadas às mesmas, de acordo com o que ouvimos junto das duas informantes-chave: justiça, poder e pedofilia, além de referências a “pobreza radical”, incluindo fome e cultura.

Soubemos colocarem-se perguntas inviabilizadas, na ausência de provas de crime sexual, além de outras perguntas serem impossíveis de responder. No primeiro caso, é inviável vir a saber-se quantas crianças são negligenciadas, porque as pessoas não denunciam ou não sabem o que se passa em grande maioria de famílias ou instituições. Não se tem a certeza. Em segundo lugar, não é possível responder quantas pessoas gastam a sua energia em fabricar uma imagem de que tudo “vai bem”. É incognoscível para a pessoa que não o reflete e diz. É inconclusivo o número de pessoas que (de) negam “terem problemas” em casa, escola, trabalho, ou em outro contexto.

2. Desenvolvimento de questões: justiça, pobreza e sexualidade em risco

Como foi enunciado, antes de sistematizarmos as respostas fornecidas para o domínio sexual, enfatizam-se saberes de enquadramento do problema: justiça para crimes de violência sexual e doméstica; e pobreza radical (fome e cultura).

Introduzimos a primeira questão da justiça em Portugal, começando por dizer que “se tornou impossível” gerir o processo Casa Pia. Quem o colocou esse problema foi o antigo ministro Rui Machete (Sanchez & Henriques, 2012, março 5, p. 10). Na sua perspetiva, são tantos os cambiantes de testemunho e as pessoas envolvidas que ficou para trás a aplicação de leis em tempo.

Acrece outro problema: sermos nós, seres humanos, pouco corajoso/as, quando não denunciemos crimes. Por essa característica, na polícia, entre outras instâncias de poder, deixam de ser contabilizados dados, por limitada denúncia, o que veio a ser denominado de “cifra negra”: «não acuso...»

Não se acusa a violência sexual na casa do vizinho. Não se denunciam a pornografia infantil, a fotografia mostrada, o contacto com órgãos genitais, “formas menores” de abuso sexual a que muitos pequeno/as não escapam. Quando haja maus-tratos físicos, também existem formas de maltrato psicológico: rigidez educativa; ausência de tempo para a criança; perturbações de saúde mental no pai e/ou na mãe; ausência de um dos progenitores; atitudes de rejeição e desvalorização da criança. Por acréscimo de sentido, os fatores de risco englobam vários elementos, podendo ser inerentes aos pais, à criança, ou associados a crise familiar. Tendo em atenção os fatores ligados a pais, alguns são de índole sexual (Canha, 2002): pais pobres, o que incorre em stresse; maltratados na infância; demasiado jovens, imaturos, com perturbações mentais, mudando muito de parceiro e/ou residência, sem hábitos de trabalho, alcoolismo, dependência de substâncias e/ou criminalidade. Acontece crianças não terem sido desejadas.

No que se relaciona com abuso sexual de crianças, os fatores/características estudadas nas famílias incluem alcoolismo e abuso de substâncias, conflitos no casal; progenitores com historial sexual e emocional traumática; isolamento social; e insuficiente proteção parental (Almeida et al., 1999). Tanto em termos físicos, a autoestima tende a ser “negativa” como, em termos psicológicos, o bem-estar psicológico sai afetado por quem tenha sofrido abuso sexual na infância (Braydenet al., 1995). Também não são novas as evidências de que sejam frequentes as disfunções sexuais no passado do/s pai/s, quando venham a cometer abusos sexuais nos filhos (Kinzl, 1995).

Qual é a proteção dada às vítimas, quando sejam afetadas por crimes sexuais e/ou crimes de maus-tratos, em Portugal?

Recentemente, longe de resolver o *vazio* na solução dessa problemática psicossocial, o filósofo José Gil pretendeu que se pense de modo distinto do habitual e inquiriu o Ministério da Justiça (Sanches & Henriques, 2012, março 5, pp. 7-8). Em *e-mail* desse organismo do Estado, foi uma questão registada, a partir do Observatório Nacional de Violência Doméstica, da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas/Universidade Nova de Lisboa: «1,1% de mil inquiridas», são as mulheres que afirmaram que «já tinham sido coagidas a terem relações sexuais» (p. 8). A percentagem é muito reduzida, podendo ser muito superior.

No domínio da sexualidade e do tabu da pedofilia, José Gil considera (Sanches & Henriques, 2012, março 5, p. 8) que «o tabu vem do disfuncionamento, senão de uma doença congénita de um certo tipo de poder» (p. 8). Nessa condição de ausência de provas, a situação inconclusiva deve-se a estar implicada uma *pulsão sexual*, de ordem não sintomática, mas estrutural. Dito de outra maneira, os sintomas mudam, mas a forma na ação disfuncional persiste na personalidade total e na interação. Assim colocado, o ato pedófilo é também um ato de poder.

Outro exemplo da insolubilidade duma questão pode ser dado na área da violência doméstica. Não é possível ter-se prova, porque existe “conivência”, segundo Gil (p. 8), entre a instância do poder e a da justiça. Para ser resolvido o problema, a justiça teria que funcionar “do avesso”.

Outro caso é quando há violência sexual no casal e mal-estar no adolescente. A mãe pode negar ser batida: «... Não! Fui eu que caí...» A justiça seria feita sem a confirmação da vítima.

Por conseguinte, caso a caso, regista-se poder em relação com sexo, poder político e poder jurídico, poder e *passivação* da vítima. Estas são perguntas que o cidadão ou um adolescente se colocam, inviabilizadas pelo *estado das coisas*: a mãe é tornada passiva pelo pai que a maltrata. Ele reproduz o modo relacional em múltiplas experiências de poder.

Podemos então pensar na psicopatologia nas famílias. Não sabemos quantas neuroses de pais não são psicoses. Para José Gil (Sanches & Henriques, 2012, março 5, p. 8), haverá um aumento destas últimas e, enquanto as pessoas neuróticas se “protegem” junto de outras, as psicóticas não têm recursos socioemocionais para tanto. Podem facilmente ser colocadas nas margens. Ainda de acordo com Gil: «a crise quebrou a muralha da família, atravessou o espaço privado, buliu com as pessoas» (p. 8). O problema passa a ser a *Troika*, a crise e a neurose depressiva, que se agudizou, qualitativamente. Veio a apreender-se a maior vulnerabilidade com a psicose, extremo do contínuo em saúde mental.

Um dado preocupante, nesse sentido, foi contabilizado pelo *Eurobarómetro* de 2010 para Portugal: a prescrição de anti-depressivos é superior em cinco vezes ao que se observa na Comunidade Europeia. Será a crise a diminuir também o gasto na farmácia.

Debate-se, subsequentemente, em segundo lugar, o fator da pobreza radical em que se vive no país.

Não é possível eliminar a pobreza das crianças. O Instituto Nacional de Estatística não colige dados sobre crianças pobres mas sobre famílias. A pobreza é avaliada quando o rendimento do agregado familiar é inferior a 430 euros, existindo 17,9% da população com lares pobres. As orientações europeias estão a pedir a Portugal novos indicadores: «Qual é a capacidade da família em adquirir uma refeição de carne, peixe ou equivalente, pelo menos de dois em dois dias?» As condições de vida das crianças pobres enquadra-se nesse tipo de desconhecimento. Não sabemos quantas refeições comem e é possível inquirir, quanto se cortou ou se gaste na alimentação. Não é um dado de natureza imaterial.

Já nas residências usufruem de bem-estar físico e psíquico incondicional. Os serviços de Segurança Social atribuem cerca de 600 euros por utente, às instituições, quando retirado do “meio natural de vida”: família nuclear, alargada ou pessoas idóneas.

3. Discussão/Conclusões

Na introdução foram colocadas as questões que viemos a destacar com informantes-chave e a responder a seguir, com base na auscultação de educadores.

Como vem a ser definida e compreendida a sexualidade “deles” e “delas”?

Em educação, sabe-se que é possível que seja dado pouco espaço à *escuta ativa* e à observação atenta do significado dado ao sintoma que não para de mudar no padrão de funcionamento humano. A *escuta ativa* foi prática *rogeriana* – humanista americana – e, a segunda, a abordagem pressupõe a orientação psicanalítica que João dos Santos ensinou em Portugal. Não se pense que esses dados de (auto)observação são inequívocos (patognomónicos).

Os profissionais entrevistados, com cursos de educação, disseram-nos não terem quaisquer posturas teóricas, assoberbados pela atividade quotidiana. Após a inicial participação em congressos, vivem o seu dia-a-dia nas duas instituições onde adquirem ricas experiências, ao longo de mais de 10 anos.

O que dizem dos seus educandos? Quais são as representações (ou ideias e crenças) de educadores, sobre a sexualidade adolescente?

Observamos que os educadores não têm o domínio sobre o ato educativo, como no passado: a *massificação* exigiu regras firmes, ultrapassadas. Batia-se muito e castigava-se, diariamente. Nos nossos dias insiste-se em ter *as portas abertas*, em respeitar a individualização pessoal e a autonomia social. Os educadores demitem-se de funções que possam colocar em causa “princípios”, visões “modernas”, e não querem ser acusados de “abuso físico e sexual”. Em Portugal, quando os profissionais passaram a refugiar-se na *distanciação* (Dray, 2007), interditou-se o contacto físico, depois do processo Casa Pia.

Pense-se no que se passou em anos passados. Defendem-se hoje “boas práticas/práticas de referência.” Nos anos setenta e oitenta do século passado, as medidas globais para minorar riscos vieram a ser as aplicadas às instituições de crianças pequenas: melhorias no contexto físico, mais pequeno e de maior privacidade, mas sobretudo a diminuição do *ratio* criança-adulto. As medidas específicas de atendimento implicaram a intervenção precoce e o acompanhamento psicoterapêutico por os que passaram a ser reconhecidos por “colaboradores”, profissionais. Em Braga, entraram leigos nos serviços de instituições cujo diretor máximo é um padre.

Michael Rutter *et al.* (1997) viriam a acentuar, anos mais tarde, no Reino Unido, os riscos – socioemocionais e cognitivos – decorrentes de diminuta relação individualizada entre adulto e criança ou adolescente residente. Mudaram-se, entretanto, os pequenos ou jovens de camaratas grandes para instalações mais personalizadas.

Retomando a perspetiva histórica, as medidas de *ratio* e de autonomia foram implementadas na sequência da *desmassificação* da Casa Pia de Lisboa.

Segue-se a questão colocada a educadores: como define e compreende a sexualidade? Para si próprio/a, o que é sexualidade?

Um diretor técnico associa logo sexualidade a “intimidade”. Como para outros profissionais, a sexualidade tem que ver com relações afetivas, sem clivarem o ato físico da vida sentimental. Assim colocado, a sexualidade é uma fonte de bem-estar físico, emocional e relacional. A pessoa “floresce” e, segundo nos é dito, a sexualidade não pode ser restrita a uma prática, ou seja, a uma aventura ou proeza “para que os outros nos invejem”. A sexualidade envolve então toda a personalidade.

Que situações são encontradas, mas tidas por “alteradas”, no domínio sexual?

Uma que nos repetem é a “carência afetiva” da rapariga e a sua atitude “masoquista”, quando tenha namorado. Igualmente nos foi focado em outras circunstâncias e em outras instituições: Elas “colam-se” aos rapazes, mas também o fazem com educadores. Não nos é dito que, em particular, crianças abusadas, sexualmente, tendem a ter condutas sexuais inadequadas (e.g. “sexualização traumática”) em nível mais

evidente do que as que têm psicopatologias (Friedrich et al., 2001; Kendall-Tackett et al., 2001; Finkelhor & Browne, 1986). A literatura da especialidade pode escapar, confirmando a constatação de haver “carências” nas jovens, sem serem referidos quadros psicopatológicos nas vítimas.

Remete também a postura masoquista para uma “passivação” (Green, 1999), termo nunca nomeado por educadores, que significa que ela se vem a tornar passiva por influência de outrem. Essa é uma forma de sofrimento e de conduta destrutiva encontrada. A rapariga fará mal a si mesma, pelo que o/as profissionais podem dizer sentir uma certa incapacidade na atuação, como quando o rapaz a maltrata.

Que pensamentos/representações têm os adultos cuidadores/educadores sobre a sexualidade adolescente?

A sexualidade de adolescente é, mais uma vez, a “intimidade”, o que não ocupa grande espaço na cena coletiva. O oposto seria, segundo pensaria Gutton (2005), “um espetáculo que se dá e é dado, sendo a pessoa adolescente”. Não se pensa assim, quando haja hoje “resguardo” “dentro de casa.” O que se passe *lá fora* é pessoal. Manifesta-se o namoro na rua, na escola ou no estágio profissional. Mas na região, numa instituição feminina tende a ter uma gravidez adolescente por ano.

Por conseguinte, quem entenda a posição adolescente, tem que ser de confiança para se poder falar. No espaço privado, o educador *nem sempre entra*, por não achar “adequado” ou por não lhe ser propiciado por jovem. Nos nossos dias são raros os profissionais que “vão procurar” saber. Como foi dito, crêem dever “respeitar a intimidade” do/a adolescente. Evitam que este/a tenha qualquer sentimento de “intrusão” ou de *voyeurismo*, exceto em casos de risco evidente. É o que se passa quando é formulada uma pergunta sobre sexo pela jovem, mas de forma velada.

Que recursos têm os educadores em matéria de educação sexual?

Os recursos humanos e materiais estão na “retaguarda”. Os adultos envolvidos podem afastar-se e não intervir, quando contem com serviços de saúde pública, onde existem serviços de planeamento familiar e profissionais de enfermagem e médicos. Entendem que a sexualidade ultrapassa os seus conhecimentos e as suas funções nas instituições. Na região, não pensam em “dar preservativos” ou em ensinar “planeamento familiar”. No primeiro caso trata-se de uma posição contrária ao veiculado por políticos ou inquirido em estudo do provedor da justiça dos Açores e difundido na internet. É contrário à orientação moral. No segundo aprofundamento da sexualidade, essa é a função tida como específica de “enfermeiros”.

A temática sexual tende a ser colocada por pessoas do mesmo sexo do/a adolescente?

Sim, exceto quando a relação de confiança seja muito sólida. No entanto, já foi prática comum encontrarem-se profissionais de ambos os sexos, colocados no acompanhamento do banho, em uma das residências.

De que falam as raparigas, de diferente deles?

Dito que mulheres tenham uma feminilidade idealizada do *outro no feminino* no casamento com filhos, acontece que «a identificação sobre a figura do outro» se processe de forma satisfatória, quando sejam educadoras a fazer a «transmissão do feminino» (Perrier, 2008, p. 205).

Continua a não fazer-se um registo de género e orientação sexual nos educadores, podendo parecer questão somente considerada por “psicanalistas”. A exceção é feita para o diretor técnico que é homem. O mesmo não se regista se a instituição é feminina. De qualquer modo, na última condição, o diretor superior é um padre ou uma freira acompanha o trabalho da técnica.

Curiosamente, quando a rapariga fala de sexualidade com um educador privilegiado, mas do sexo masculino, estará a querer saber da sua aparência e feminilidade. Para tal ausculta o olhar masculino, mas essa é uma observação relativa a país francófono.

Com educadoras, elas falam da menstruação, em particular, de dores e do seguimento ginecológico. Esses são pretextos para se falar de sexo, as temáticas mais “fáceis”, introduzidas por mulheres.

De que falam eles com os educadores?

Se os rapazes quiserem falar da sua “intimidade”, então, os educadores serão questionados sobre aspetos muito simples da relação amorosa, em particular, do que seja *normal* (na conduta). Outra possibilidade é falar-se do comportamento do amigo, um rapaz. Essa é uma manobra de encobrimento. O *outro* é que tem o “problema” ou procede “mal”.

Entretanto, parece que os rapazes tenderão a partilhar sentimentos não muito abonatórios do outro sexo. Acentue-se que os adolescentes não falarão e até evitarão discutir sexualidade com os educadores que são homens. Muito raramente é abordada a prevenção de doenças sexualmente transmissíveis.

Para os jovens, a mulher é tendencialmente observada como *objeto* e como grávida, por vezes. Nesse sentido, o que poderão fazer os educadores passa por retomarem esses discursos, sem serem *moralistas*. Como Laronche (2010) o acentuaria, na imprensa escrita, valoriza-se, mais uma vez, o “respeito pela mulher”, além do “amor” e da “ternura”. Parecemos todos estarmos contra uma visão veiculada pela pornografia. No cinema, na televisão e na Internet, como nos é dito, é acessível uma expressão da mulher tida por “má”, quando não *animalesca*. O modelo é da fêmea violenta e da crueza do sexo mostrado em imagens muito expostas.

Ao longo de encontros já não com três educadores, individualmente, outras questões foram avançadas: que lugar ocupa a sexualidade, na prática educativa quotidiana dos profissionais da instituição?

Não é observada. Não é destacada essa competência, embora sejam nomeados rapazes, muito jovens “predadores sexuais”, até sem atenção a sexo de parceiro e homossexuais, Nas raparigas é focada a liderança das que mandam nas outras, mais “fracas”. Elas são ditas insistentes, quando queiram aproximar-se de rapazes e há “muitas” a serem maltratadas por eles.

Existem perguntas que virão a ser colocadas, mas no estudo comunitário futuro. Quais são os recursos e os mediadores na saúde e/ou sociais, de que dispõem na localidade de Braga? Como é que os profissionais têm apoio, para abordarem o tema – sexualidade, passando por inúmeras representações subjetivas? E, no caso de fazer parte das práticas educativas, que especificidade decorre, em função de identidade de género e relação adolescente-profissional? Que formas de agir (*passagem ao ato*) utilizam os/as adolescentes e, se constatadas, traduzem sofrimento?

Escutamos que certos, poucos, rapazes, “desestabilizam os outros”.

Como lidam com a liderança de educandos/as? Quais são os limites ao que possam fazer no acompanhamento educativo? Não temos ainda respostas.

Por resolver encontram-se problemáticas como a orientação educativa de jovens homossexuais, o lugar da pornografia na “educação” sexual (em especial de jovens rapazes), a gestão das distâncias no jogo de sedução adolescente e que está presente, potencialmente, na relação educativa.

A prevenção urgente na problemática sexual não foi reconhecida como preocupante nas instituições. No documento do Ministério da Educação (2007, p. 8), para o Grupo de Trabalho de Educação para a Saúde, em Setembro de 2007, no relatório final alertou-se para indicadores preocupantes: elevada prevalência de doenças sexualmente transmissíveis, elevada taxa de gravidez adolescente, primeiras relações sexuais, depois de ingestão de álcool e outras substâncias. Nessas condições, o referido texto esclarece o que não pode deixar de ser pertinente para quem trabalhe em instituições de acolhimento: as famílias mostram dificuldades de comunicação, psicopatologia, história de negligência, maus-tratos e/ou comportamentos de violência face à sexualidade.

No futuro iremos desenvolver essas e outras temáticas na intervenção em educação sexual, com carácter de prevenção, quando não se trate de mero diagnóstico de problemas, tratamento médico, reinserção social, após algo “mal feito”.

É preciso colocarmos perguntas e dizer que há um tabu na pedofilia e, implicitamente, na área do poder. Em muitos países, os que detém poder (económico, político, familiar, entre tantos outros) estão implicados em práticas de pedofilia.

Como foi notificado, no dia 5 de Março de 2005, o *Jornal Público*, foi dirigido por José Gil, alguém que tratou de forma inovadora informação (Sanches & Henriques, 2012, março 5, p. 8): «Quantos crimes não são denunciados, porque as vítimas não acreditam na justiça?» O filósofo destacou um domínio do *nosso* interesse: «Quantos condenados por crime de pedofilia cumpriram a pena a que foram condenados até ao fim?»; «qual a percentagem destes últimos, relativamente aos pedófilos portugueses?»; «quantas mulheres foram abusadas ao longo da vida?».

Não sabemos. As perguntas são sempre em maior número do que as respostas. Além da ausência de provas é impossível responder quando a pessoa não alcance a apreensão derivada do significado para si mesma: «como não ter medo de um agressor?».

Referências bibliográficas

- Almeida, A., Almeida, H., André, I. (1995). *Maus tratos a crianças em Portugal: Relatório final – 1ª fase*. Instituto de Ciências Sociais, Universidade de Lisboa, Lisboa.
- Brayden, R., Deitrich-MacLean, G., Deitrich, M., Sherrod, K. & Altemeier, W. (1995). Evidence for specific effects of childhood sexual abuse on mental well being and pshysicalself esteem. *Child Abuse and Neglect*, vol. 19, n. 10, 1255-1262.
- Canha, J. (2002). A criança vítima de violência. In C. Machado & R. Gonçalves (coord.), *Violência e Vítimas de Crimes* (Vol. 2 - Crianças, pp.13-36). Coimbra: Quarteto.
- Chadwick, D. L. (1999). Child abuse, neglect. *The Message*. New York, vol. 23, n. 10, 1957-1961. Special Issue – Convening a national call to action: Working towards the elimination of child maltreatment.
- Dray, D. (2007). Adolescents et éducateurs: du ‘choc des mondes’ à l’entrecroisement de cultures. *Adolescence*, 59, Paris, L’Esprit du temps, 45-60.
- Fariña, F., Seijo, D., & Novo, M. (2000). Desprotección infantil: el maltrato. In F. Fariña & R. Arce (coord.), *Psicología jurídica al servicio del menor* (pp. 105-122). Barcelona: Cedecs Editorial.
- Finkelhor, D. & Browne, A (1986). Impact of child sexual abuse: A review of the research. *Psychological Bulletin*, 99, 66-77.
- Friedrich, W., Fisher, J., Dittner, C., Acton, R., Berliner, L., Butler, J., Damon, L., Davies, W., Gray, A. & Wright, J. (2001). Child sexual behavior inventory: Normative, psychiatric and sexual abuse comparisons. *Child Maltreatment*, 6, 37-49.
- Green, A. (1999). Passivité-passivation: jouissance et détresse. *Revue Française de Psychanalyse*, 5, Paris, PUF, 1587-1600.
- Gutton, P. (2005). Spectacle. *Adolescence*, 53, Paris, L’Esprit du temps, 529-536.
- Instituto da Segurança Social (2007). *Plano de Intervenção Imediata – Relatório de Caracterização das Crianças e Jovens em Situação de Acolhimento em 2006*. Lisboa: Instituto da Segurança Social.
- Instituto da Segurança Social (2008). *Plano de Intervenção Imediata – Relatório de Caracterização das Crianças e Jovens em Situação de Acolhimento em 2007*. Lisboa: Instituto da Segurança Social.
- Kendall-Tackett, K., Williams, L. & Finkelhor, D. (2001). Impact of sexual abuse of children: A review and synthesis of recent empirical studies. In R. Bull (Ed.), *Children and law: The essential readings* (pp. 31-70). Malden: Blackwell.
- Kinzl, J., Traweger, C., & Bielb, W. (1995). Sexual dysfunctions: Relationships to childhood sexual abuse and early family experiences in a nonclinical sample. *Child Abuse & Neglect*, vol. 19, n. 7, 785-792.
- Laronche, M. (2010, août 15). L'accès à la pornographie brouille la sexualité des ados. *Le Monde*, 15-16 août, 17, récupérées à partir <http://www.lemonde.fr/>.

Ministério da Educação (2007). Grupo de Trabalho de Educação para a Saúde, em Setembro de 2007. Recuperado em 6 de Março de 2012, de www.dgidec.min-edu.pt/educacaosaude/.../educacaosaude/educacaosexual

Ministério do Trabalho e da Solidariedade Social (2008). Decreto-Lei n.º 11/2008, de 17 de Janeiro. Recuperado em 6 de Março de 2012, de <http://dre.pt/pdf1sdip/2008/01/01200/0055200559.pdf>.

Perrier, F. (2008). *La chaussée d'Antin, œuvre psychanalytique*, 2. Paris: Albin Michel.

Rutter, M., Dunn, J. Plomin, R. & Simonoff, E. (1997). Integrating nature and nurture: Implications of person-environment correlations and interactions for developmental psychopathology. *Development & Psychopathology*, Spring; 9(2), 335-364.

Sanches, A. & Henriques, J. G. (2012, março 5). O estado da nação e o seu avesso. *Jornal Público*, Ano XXIII, nº 8001, 2-10. Recuperado em 5 de Março de 2012, de <http://jornal.publico.pt/?d=05-03-2012>.